

O MATOPIBA e o desenvolvimento "*destrutivista*" do Cerrado

Paulo Rogerio Gonçalves*

No dia seis de maio de 2015 o decreto n. 8447 cria o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e seu comitê gestor. Segundo o decreto o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba - PDA-Matopiba, tem por finalidade "promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população". O PDA Matopiba abrangerá municípios dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins e "orientará programas, projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promoverá a harmonização daqueles já existentes, observadas as seguintes diretrizes: I - desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias; II - apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais.

Para a gestão desse plano foi criado o Comitê Gestor do PDA-Matopiba, que será composto por: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação; Ministério da Educação; um representante do Poder Executivo de cada um dos seguintes estados componentes (Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins); quatro representantes do Poder Executivo de municípios pertencentes à área de abrangência do PDA-Matopiba; seis representantes do setor empresarial e de entidades sindicais patronais da agroindústria e da agropecuária da área de abrangência do PDA-Matopiba; seis representantes de entidades sindicais dos trabalhadores da agroindústria e da agropecuária atuantes na área de abrangência do PDA-Matopiba; dois representantes de

instituições de ensino e pesquisa atuantes na área de abrangência do PDA-Matopiba.

Segundo nota técnica 01 da EMBRAPA "Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA" (https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf) a delimitação territorial obtida e proposta para o MATOPIBA abrange 31 microrregiões geográficas do IBGE, reúne 337 municípios e uma área total de 73.173.485 ha. Ela engloba um universo com cerca de 324.326 mil estabelecimentos agrícolas. A repartição aproximada do MATOPIBA entre os quatro Estados é a seguinte: 33% no Maranhão (15 microrregiões, 135 municípios, 23.982.346 ha); 38% no Tocantins (8 microrregiões, 139 municípios e 27.772.052 ha); 11% no Piauí (4 microrregiões, 13 municípios e 8.204.588 ha) e 18% na Bahia (4 microrregiões, 30 municípios e 13.214.499 ha).

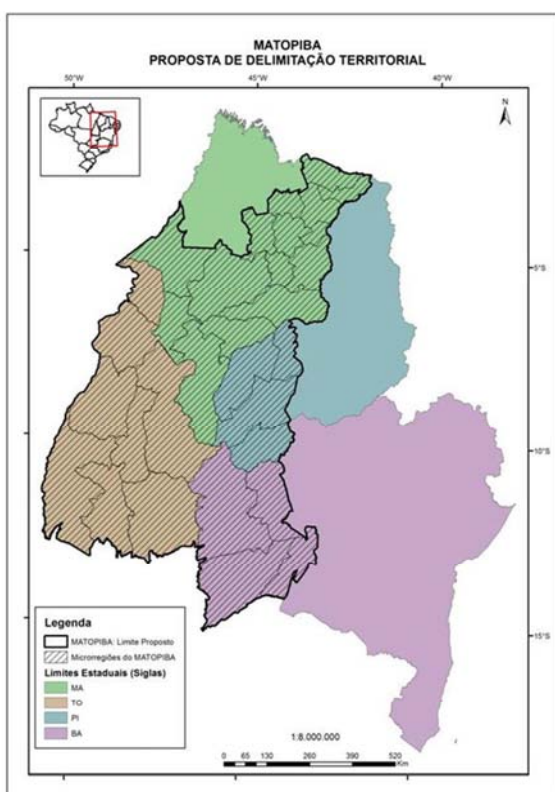


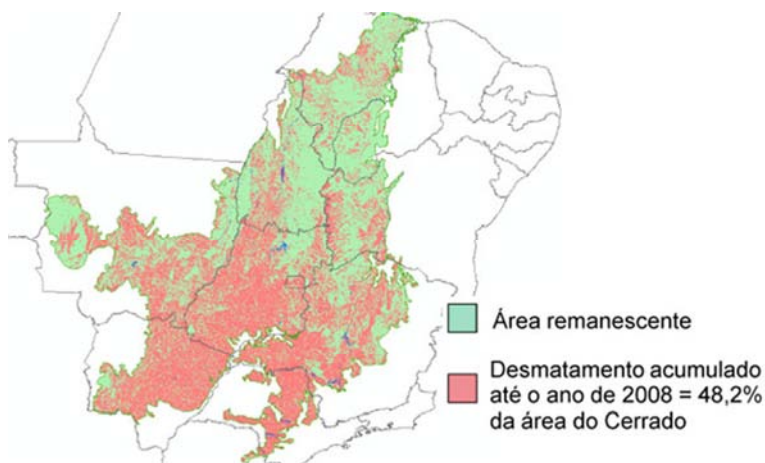
Figura 1. Delimitação territorial do MATOPIBA e as 31 microrregiões homogêneas do IBGE que o compõem.

Mas o que existe nesse território que passa a ser denominado como MATOPIBA?

Esse território abrange três biomas, *90,9% Cerrado, 7,2% Amazônia e 1,64% Caatinga, a maior parte fica no bioma cerrado.* Segundo o site do MMA "O

Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade (<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>).

Todavia segundo Porto-Gonçalves (2014) "A desconsideração da riquíssima diversidade cultural e biológica dos Cerrados por parte das elites econômicas, políticas e, até mesmo, acadêmicas, autorizou que nos últimos anos, suas áreas fossem ocupadas pela expansão de um modelo agrário/agrícola com base nas monoculturas dos latifúndios empresariais, cujo impacto socioambiental pode ser observado não só no acentuado êxodo rural, na extrema violência e elevado número de conflitos pela terra, na extrema concentração fundiária e de riqueza com suas sequelas de perda de diversidade cultural como, também, pela degradação das condições ecológicas – erosão genética (diminuição acentuada da fauna e da flora), perda de solos, desequilíbrio hídrico (rios perenes que se tornam intermitentes ou, simplesmente, deixam de existir; enchentes e secas mais acentuadas) e, ainda, pela contaminação de rios e lagoas pelo uso de agrotóxicos (Conflitos no Campo - 2014)



Fonte: google/imagens/desmatamentocerrado

Conforme o relatório do Programa do Monitoramento do Bioma Cerrado do MMA, a área de vegetação natural remanescentes de vegetação do Cerrado no ano de 2010 era de 50,84%, o que significa que aproximadamente metade do bioma já foi desmatado (http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatorio_tecnico_monitoramento_desmate_bioma_cerrado_csr_rev_72_72.pdf).

A figura acima apresenta o desmatamento no bioma cerrado acumulado até o ano de 2008 e as áreas remanescentes. O mapa do bioma demonstra que a área de vegetação natural remanescentes de vegetação do Cerrado mais contínua encontra-se no atual território do MATOPIBA. Contraditoriamente ao mesmo tempo que o governo federal propõe medidas para monitorar e reduzir o desmatamento no cerrado, ele incentivará através do PDA Matopiba a substituição dos remanescentes de vegetação natural por monoculturas do agronegócio. O que já vem acontecendo nos últimos anos através de incentivos governamentais, o relatório do Programa do Monitoramento do Bioma Cerrado do MMA demonstra que entre os anos de 2009 - 2010 dos vinte municípios que tiveram os maiores índices de desmatamento no bioma cerrado 16 estão no território do MATOPIBA (http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatorio_tecnico_monitoramento_desmate_bioma_cerrado_csr_rev_72_72.pdf).

Os números do IBGE confirmam essa realidade, de acordo com a Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2014), a área plantada de algodão, milho e soja, nas mesoregiões que compõe a região do MATOPIBA, era de 543.292 ha em 1990, no ano 2000, a área plantada era 1.229.185 ha e, em 2010, aumentou para 2.718.807 ha. A região teve um crescimento intenso da área cultivada com monoculturas em 20 anos de 400%.

Importante observar que o decreto 8447 que cria o MATOPIBA e seu comitê gestor, não incluem como componente do comitê gestor o Ministério do Meio Ambiente, que é quem monitora e atua na redução do desmatamento do bioma cerrado. Assim fica claro que a proposta é impedir a participação de quem é responsável pela gestão ambiental, no intuito de manter o desenvolvimento "destrutivista" que até agora vem sendo realizado pelo agronegócio brasileiro

Os conflitos que vem acontecendo na atual região do MATOPIBA extrapolam a questão ambiental, já que esta é uma região de ocupação bastante antiga, diversos grupos indígenas e inúmeras comunidades quilombolas vivem nessa região a séculos. No documento da EMBRAPA: MATOPIBA delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento é dito que neste território estão localizados 865 assentamentos, 34 territórios quilombolas e 28 terras indígenas. Esses povos do Cerrado vivem um intenso conflito agrário, um recente estudo, baseado em dados da CPT sobre conflitos no campo, feito pelo professor de geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Carlos Walter Porto Gonçalves, analisou o índice de conflitos em regiões de Cerrado.

Os números mostram que entre 2005 a 2014, do total de 11.338 localidades onde ocorreram conflitos no campo brasileiro, 39% aconteceram no Cerrado e em suas áreas de transição, onde o Cerrado se encontra com outros biomas (<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-do-cerrado/2617-nota-publica-katia-abreu-e-companhia-decretam-o-fim-do-cerrado>).

Outra questão importante é a ocorrência de trabalho escravo nas áreas de expansão do agroenegócio. Nos últimos 10 anos os Estados do Tocantins, Maranhão e Bahia figuram entre os Estados que forneceram o maior contingente de trabalhadores libertos do trabalho escravo rural no Brasil. Segundo dados da CPT entre 2003 e 2014, do Maranhão foram 6.174 trabalhadores (maior fornecedor de trabalhadores escravizados no Brasil), na Bahia 2.752 (ocupando o terceiro lugar), no Tocantins 2.162 (ocupando o quinto lugar nacional), e no Piauí 1.349 (ocupando o nono lugar), conforme tabela abaixo. Quanto à incidência de trabalho escravo flagrada pela fiscalização os estados de Bahia, Tocantins e Maranhão estão entre os 8 piores do Brasil com respectivamente 3.192, 3.089 e 2.479 escravos libertos. O Piauí teve 729 libertos neste período (16º lugar).

Numero de trabalhadores libertos do trabalho escravo em cada Estado e número de libertos por estado de residência:

Números por estado (2003-2014)	Trabalhadores libertos no estado	Trabalhadores libertos residindo no estado
Maranhão	2.479	6.174
Para	10.009	5.120
Bahia	3.192	2.752
Minas Gerais	4.067	2.513
Tocantins	3.089	2.162
Mato Grosso do Sul	2.544	2.000
Mato Grosso	4.243	1.676
Goiás	3.888	1.670
Piauí	724	1.349

Fonte: CPT, Síntese estatística, 2003-2014

Um exemplo do que será o MATOPIBA é o município de Campos Lindos, localizado na região central do Estado do Tocantins. O município desde 2005 é o maior produtor de soja do Estado e ocupou o primeiro posto absoluto entre todos os municípios do país no Mapa de Pobreza e Desigualdade, divulgado em 2003. O mesmo IBGE, que mede a produção, também cruzou dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 com o Censo 2000 e revelou que 84% da população de Campos Lindos vivem na pobreza. Mais grave: 62,4% dos moradores estão na extrema indigência, ou seja, não ingerem o mínimo de calorias diárias para sobreviver. O caso de Campos Lindos não é uma exceção, curiosamente, a terceira colocação da lista nacional também é ocupada pelo terceiro município tocantinense com maior produção de soja, município de Mateiros (TO), 26,8 mil hectares estão ocupados pelo grão e os pobres constituem 81,5% da população local. (<http://reporterbrasil.org.br/2009/07/municipio-do-tocantins-lidera-ranking-de-soja-e-de-pobreza>).

O desenvolvimento *destrutivista* realizado pelo agronegócio no Cerrado, e que será potencializado pelo MATOPIBA, vem destruindo os recursos naturais, expulsando as populações locais de seus territórios, e gerando uma imensa pobreza e insegurança alimentar nessa grande região.